

QUANTO CUSTA UM VOTO PARA DEPUTADO FEDERAL? a análise do custo por voto nas eleições de 2022¹

HOW MUCH COST TO VOTE FOR A FEDERAL DEPUTY? analysis of the cost per vote in the 2022 elections

Afonso Ferreira Verner²

Resumo: A relação entre dinheiro e poder no Brasil é antiga e mobiliza a literatura sobre o tema há alguns anos – quiçá décadas. Diante deste cenário, a presente pesquisa apresenta uma análise sobre quanto custa obter um voto para deputado federal no Brasil, tendo como foco a eleição de 2022 – a métrica é retirada da relação entre gastos de campanha e votos obtidos. O artigo lança mão da metodologia de estatística descritiva, utilizando variáveis explicativas como gênero, partido, tamanho da Unidade Federativa (UF) e tipo de candidato (reeleito ou novato) para buscar entender como deu a dinâmica do custo por voto entre os 513 eleitos(as). Os resultados apontam para o fato de que o tamanho do colégio eleitoral (número de eleitores) importa, assim como o tamanho da bancada do partido ou da federação, mas tais variáveis sozinhas não explicam o porquê um voto pode custar de R\$ 0,19 até R\$ 194 – uma variação gigantesca. Para tanto, a pesquisa busca apresentar outras explicações possíveis para compreender a relação entre dinheiro e votos na disputa por uma vaga em Brasília

Palavras-Chave: House of Representatives. Cost per vote. 2020 Election

Abstract: The relationship between money and political power in Brazil is old and has mobilized the literature on the subject for some years - perhaps decades. Given this scenario, this research presents an analysis of how much it costs to get a vote for federal representative in Brazil, focusing on the 2022 election - the metric is taken from the relationship between campaign spending and votes obtained. The article uses descriptive statistical methodology, using explanatory variables such as gender, party, size of the Federal Unit (UF) and type of candidate (re-elected or novice) to try to understand the dynamics of the cost per vote among the 513 elected representatives. The results point to the fact that the size of the electoral college (number of voters) matters, as does the size of the party or federation, but these variables alone do not explain why a vote can cost from R\$ 0.19 to R\$ 194 - a gigantic variation. Therefore, the research seeks to present other possible explanations to understand the relationship between money and votes in the race for a seat in Brasília.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho (GT) 5 de Cultura, comportamento político e opinião pública da 10ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (10ª COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Ceará (UFC), 09 a 10 de maio de 2023.

² Pesquisador vinculado ao Grupo de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (CPOP) e ao Grupo de Pesquisa Comunicação Eleitoral (CEL). Doutor em Comunicação pela UFPR e docente da Unicesumar. E-mail: afonsoverner@gmail.com.

Keywords: Keyword 1. Keyword 2. Keyword 3.

1. Introdução

No mundo dos negócios o custo por conversão (compra) tem sido cada vez mais utilizado como métrica de desempenho, ou como gostam de dizer no jargão do *business*, como *KPI* (*Key Performance Indicator*). Na tentativa de ‘adaptar’ tal preocupação ao mundo da política e da disputa eleitoral, este trabalho busca refletir sobre a seguinte pergunta: quanto custa obter um voto para deputado federal no Brasil?

Parte-se da premissa de que se, no mundo dos negócios, uma venda, um negócio fechado e/ou um contrato assinado podem ser considerados uma “conversão” – outro termo típico do linguajar do mundo do marketing – ou seja, uma efetivação da compra, de diversas maneiras diferentes. Já na política e no mercado da democracia tal conversão poderia ser medida através do voto – isso porquê há na literatura, tanto de Ciência Política como de Comunicação Política, o entendimento majoritário de que o voto é a ilustração mais palpável do tamanho e da força do capital político de uma liderança (MIGUEL, 2003).

Dito isso e, ciente das possíveis controvérsias que tal aproximação acarrete, este trabalho busca entender quais são as variáveis que ajudam a explicar o valor do custo por voto na eleição para a Câmara Federal em 2022. O objetivo do trabalho é apresentar um retrato amplo da escolha dos 513 deputados(as) eleitos(as) nas 27 unidades federativas (UFs) para a 57ª legislatura. Para tanto, buscam-se variáveis explicativas (que serão melhor expostas a seguir) para compreender como se dá a dinâmica da relação do gasto de campanha com os votos obtidos na eleição de 2022³ – é desta relação que é extraída a métrica de custo por voto.

A pesquisa busca testar ao menos três hipóteses iniciais. A primeira diz respeito ao tamanho do colégio eleitoral: quanto maior (em número de eleitores(as)) a UF em que se dá a disputa, menor seria o custo por voto. A segunda hipótese testada é a de que candidatos(as) com mandato teriam um custo por voto menor do que aqueles(as)

³ Cabe destacar que a métrica de custo por voto neste trabalho é extraída da simples divisão de total de gastos declarados por uma candidatura pelo número de votos obtidos por aquele(a) político no pleito de 2022.

que se elegeram pela primeira vez para a Câmara dos Deputados. Por fim, testa-se a hipótese de que seriam as legendas (ou federações) com maior número de candidatos(as) aquelas a conseguirem o melhor custo por voto – a lógica aqui seria de que, quanto maior o grupo, menor o custo para se eleger um deputado(a).

Exposto isso, no próximo tópico o(a) leitor(a) encontra uma rápida visita à literatura sobre a relação entre dinheiro, poder e votos no Brasil – existe um número de trabalhos significativos a respeito do tema, que tratam desde o modelo de financiamento, passando pela distribuição de recursos e chegando a debates focados no desempenho eleitoral e sua relação com os recursos. No terceiro tópico do artigo estão a apresentação da coleta de dados analisados da pesquisa, a formação do *corpus* e considerações sobre os resultados encontrados.

2. Quando e como o dinheiro importa em uma eleição

Nos últimos anos houve um aumento considerável de pesquisas que tratam sobre o efeito do dinheiro nas eleições brasileiras – cabe destacar que existem diversas abordagens teóricas e empíricas sobre o papel do capital na escolha dos representantes políticos. No entanto, independente da abordagem sobre o tema, a literatura mostra que o dinheiro importa, em diferentes níveis e de diversas formas, influenciando diretamente na conquista do voto.

Tal agenda de pesquisa têm abordagens que tratam da importância do dinheiro para a distribuição de tempo no horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE) e a avaliação do governo (CERVI e BORBA, 2017), há tem abordagens teóricas que se debruçam sobre as doações empresariais (quando elas ainda eram permitidas) para o financiamento de candidaturas (MANCUSO e HOROCHOVOSKI, 2018).

Entre os estudos já disponíveis na literatura há aqueles que observam a relação entre política e dinheiro de forma negativa e quase sempre como uma relação que se dá fora da lei (SARMENTO e OSORIO, 2015), com prejuízo direto à democracia e aos cidadãos. No entanto, nesta agenda de pesquisa também existem trabalhos que observam de forma mais pragmática e realista a relação entre os recursos financeiros e o desenvolvimento de campanhas políticas.

Antecedendo algumas reformas e revisões feitas pelo próprio mundo da política, Speck (2010) já propunha há mais de uma década três ideias para “oxigenar” o debate sobre como dinheiro e eleição se relacionam. Naquele momento, Speck (2010) debruçava-se, especialmente, sobre o modelo de financiamento privado de campanha e aquele público, em que os recursos vem do erário público, com pouca ou nenhuma participação do capital privado no desenvolvimento das campanhas.

Naquele momento e naquele contexto, Speck (2010) apresentava como primeira ideia de tal oxigenação a necessidade de não se desprezar os avanços alcançadas quando o assunto é financiamento de campanha. O autor cita nominalmente o caso PC Farias, tesoureiro da campanha de Fernando Collor, como um marco negativo das relações escusas e nada transparentes entre dinheiro e conquista do poder político no Brasil. Sobre este cenário, Speck (2010, p.7) diz que:

Antes do escândalo a legislação não permitia a doação de setor privados a partidos políticos. Na realidade era justamente o setor privado que financiava as primeiras eleições depois da abertura a partir de 1982. Ao mesmo tempo em que as doações das empresas estavam proibidas, o Estado não provisionava um sistema de fiscalização e sanções contra os transgressores, nem proporcionava fontes alternativas de recursos para os partidos e candidatos. A discrepância entre lei e prática não poderia ter sido maior.

Buscando refletir sobre o futuro do financiamento de campanhas e da relação do dinheiro com a conquista do poder através do voto popular, Speck (2010) também já apresentava um debate sobre a possível falta de conciliação entre as alternativas de financiamento privada e financiamento público de campanha eleitoral. O que propunha naquele momento o autor não era um sistema misto, mas sim um sistema híbrido de financiamento eleitoral – Speck (2010) pontua diferenças bastante significativas entre os dois modelos.

Na visão do autor, o sistema misto é aquele que estava em vigência na época (2010) e que previa que os partidos políticos poderiam usar tanto recursos públicos como dinheiro de origem privada nas campanhas – na época os partidos políticos eram financiados, foram do período de campanha, desta forma, acumulando recursos privados e também públicos.

Speck (2010) defendia que o sistema híbrido seria distinto: o(a) candidato(a) deveria escolher entre o sistema de financiamento privado ou financiamento público exclusivo no momento de realizar a campanha – o que o autor propunha era que o(a) candidato(a) pudesse escolher a origem do dinheiro (público ou privado), sem misturas as duas fontes, desde que obedecesse aos limites impostos pela lei ao teto de gastos, por exemplo.

Sem entrar no mérito do debate sobre as duas fontes de financiamento, cabe destacar que, naquele momento, Speck (2010) refletia sobre um modo de financiar campanhas que já dava seus primeiros sinais de problemas graves e, poucos anos depois, seria um dos principais (se não o principal) motivo de desgaste político entre a elite política, as instituições (como os partidos políticos) e o eleitorado.

Já a terceira reflexão proposta por Speck (2010) sobre a relação entre dinheiro e poder no Brasil há mais de uma década se debruça sobre uma versão brasileira do financiamento cidadão. Para o autor, para resolver o problema do financiamento público de campanhas no Brasil, havia uma questão anterior que precisava ser solvida: a distribuição destes recursos entre os candidatos(as).

Naquele momento, a distribuição dos recursos seguia a lógica de alocação proporcional do dinheiro: os recursos eram distribuídos entre as legendas honrando o sucesso eleitoral conquistado por elas no ciclo eleitoral passado. Desta forma, o partido melhor sucedido na eleição passada teria mais recursos para a próxima eleição e, desta forma, seguiria tendo mais chances de convencer o(a) eleitor(a) de que suas ideias são as melhores, conseguindo eleger mais candidatos(as) – há aqui um claro problema de manutenção do *status quo* do sistema eleitoral.

O que propunha Speck (2010) era que a distribuição destes recursos passasse a obedecer não ao desempenho eleitoral, mas sim às vontades do cidadão. Na visão do autor, neste modelo a alocação dos recursos seguiria critérios equitativos e proporcionais seria o cidadão, com uma espécie de *voucher* de recursos públicos que ele(a) poderia alocar no partido político de sua preferência. Neste caso, o cidadão não teria acesso ao dinheiro em espécie, mas seria soberano na decisão de qual seria o seu destino.

Refletindo sobre as ideias de Speck (2010) mais de uma década depois de sua confecção, é possível dizer que parte da oxigenação no debate sobre dinheiro e política, de fato, ocorreu, mas não na forma (e na constância) que propunha o pesquisador. Observando o cenário atual, de fato a participação do capital privado diminuiu nas campanhas eleitorais, com financiamento quase 100% público, mas a divisão destes recursos entre os partidos e os(as) candidatos(as) segue sendo uma questão delicada e alvo de diversas controvérsias.

Há na literatura sobre o tema trabalhos robustos sobre a trajetória dos recursos públicos destinados aos partidos e a sua relação com o custo por voto (CAZZOLATO e CANDIDO, 2013). Também já existem no campo acadêmico trabalhos preocupados em debater a relação entre recursos disponíveis para uma campanha e os votos obtidos por uma candidatura de forma mais específica. Mohallem e Oliveira (2018), por exemplo, se debruçam de forma específica sobre os deputados evangélicos nas disputas por cadeiras na Câmara em 2010 e 2014. Também existem pesquisas que já realizam revisões sistemáticas da literatura sobre como o dinheiro influencia as disputas municipais, dotadas de características próprias (SAMPAIO e FIGUEIREDO FILHO, 2019).

Também existem esforços específicos para observar a dinâmica de como o dinheiro influencia a conquista de votos entre mulheres – é isso o que fazem Sacchet e Speck (2010) ao relacionarem as variáveis dinheiro e sexo (gênero) no financiamento e no desempenho eleitoral em cargos legislativos no Brasil. É neste cenário de pesquisas bastante estabelecidas que esta pesquisa se inclui.

A proposta do artigo é compreender a variação do custo por voto para deputado federal no Brasil em 2022 a partir de diferentes variáveis – aqui cabe destacar que a variável custo por voto é calculada pela divisão simples do total gasto declarado em uma campanha e os votos obtidos por aquela candidatura. Com isso, o que aqui se propõe é compreender os nuances desta relação (dinheiro x voto) a partir de algumas variáveis explicativas.

A primeira das variáveis explicativas diz respeito ao gênero dos candidatos(as), em seguida está a Unidade Federativa (UF), o partido político, a região geográfica e a condição de tipo de candidato(a) – se aquela candidatura buscava uma reeleição

imediate para o cargo de deputado federal ou se aquele(a) político estreava em uma cadeira na Câmara Federal.

Exposto isso, nos próximos tópicos o leitor(a) é apresentado ao contexto de formação do *corpus* da pesquisa, com maiores detalhes das variáveis e da coleta de dados. Em seguida, são expostos resultados do custo por voto usando as diferentes variáveis disponíveis no banco de dados. Por fim, são expostas as considerações finais (e possíveis) a partir das informações e análises realizadas.

3. Coleta de dados e formação do *corpus*

Os dados utilizados na pesquisa foram coletados junto aos sistemas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – a formação do banco de dados foi realizada com informações oriundas tanto do *DivulgaCand*, sistema eletrônico de divulgação de contas eleitorais, como também do repositório de dados do TSE. Desta forma, o próximo passo é detalhar a formação das variáveis incluídas no banco.

O *corpus* da pesquisa foi formado por informações dos 513 deputados(as) federais eleitos(as) em 2022 nas 27 unidades federativas (UFs) – as variáveis incluídas no banco foram usadas para as análises posteriores, inclusive nos testes das hipóteses inicialmente apresentadas. Desta forma, a primeira informação coletada foi o nome do(a) deputado(a) eleito(a) – para cada um dos 513 eleitos(as), havia uma linha no banco de dados.

A segunda variável incluída na pesquisa diz respeito ao partido pelo qual o(a) candidato(a) se elegeu. Em seguida, o *corpus* inclui a variável UF (Unidade Federativa), identificado o Estado pelo qual aquele(a) político(a) se elegeu. Há ainda a inclusão da região geográfica (Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sul e Sudeste) e do gênero (homem ou mulher).

Por fim, a última variável nominal apresentada diz respeito à condição do candidato(a): se ele(a) era novato na Câmara ou havia sido reeleito(a). Essa variável foi usada para criar dois grupos distintos: aqueles(as) que se reelegeram para a Câmara e aqueles que estreavam na Casa – uma das análises também busca testar uma hipótese neste sentido.

Cabe destacar que aqui foram considerados reeleitos(as) aqueles(as) que conseguiram um novo mandato de forma consecutiva na Câmara. Desta forma, políticos com ampla carreira, mas que ou estreavam na Câmara dos Deputados ou vinham de um período sem mandato, foram classificados como novatos(as) nas eleições de 2022.

As últimas duas variáveis da pesquisa são numéricas e são usadas para calcular o custo por voto de cada candidatura bem-sucedida (eleita) e inclusa no *corpus*. A primeira variável diz respeito valor total declarado pela campanha. Aqui cabe destacar que, apesar da diferença das diferenças de tamanho entre as UFs brasileiras, o teto para a campanha de deputado federal é o mesmo em todo o Brasil: R\$ 3.176.572,53⁴.

Desta forma, para cada candidatura eleita houve a inclusão do valor total declarado por aquele(a) candidato(a). Por fim, a última variável do *corpus* trata especificamente do número de votos obtidos por cada deputado(a) eleito. Desta forma, a métrica de custo por voto vem da divisão do total de gastos declarados(as) por cada candidato dividido pelo número de votos por ele(a) obtidos no pleito de 2022.

Para fins de visualização e compreensão, o quadro 1 apresenta a organização das variáveis incluídas no banco de dados.

QUADRO 1
Variáveis do banco de dados exemplificadas

Variável	Explicação	Exemplo aplicado
Nome do candidato	Nome de urna cadastrado pelo deputado(a) eleito(a)	Tabata Amaral
Partido	Legenda pela qual o(a) candidato(a) disputou o pleito	PSB
UF	Unidade federativa na qual o(a) candidato(a) disputou o pleito	São Paulo
Região	Região geográfica brasileira na qual a UF está inserida	Sudeste
Gênero	Gênero pelo qual o(a) candidato(a) se identificou	Mulher
Reeleito ou novato	Condição do candidato(a) naquela disputa	Reeleita
Gasto de campanha	Gasto total declarado pelo(a) candidato(a)	R\$ 2.282.868,17
Votos	Votos obtidos pela candidatura	337.873
Custo por voto	Divisão simples do gasto total declarado pelos votos obtidos	R\$ 6,75

⁴ Em média, os(as) deputados(as) eleitos investiram, cada um, R\$ 1,9 milhão na campanha eleitoral de 2022.

FONTE – O AUTOR, 2023

Exposto isso, o próximo tópico da pesquisa apresenta os dados de forma pormenorizada, levando em contas as variáveis elencadas. Para dar mais transparência à pesquisa e também permitir que os pares realizem testes e inferências sobre o conteúdo do banco de dados, uma cópia do *corpus* foi disponibilizada para eventuais testes extras⁵.

3.1 Apresentação dos dados coletados

Este tópico do artigo busca apresentar os valores sobre custo de votos em uma lógica progressiva: primeiro observa-se os(as) deputados formando apenas um grupo, de 513 eleitos(as), e em seguida parte-se para a avaliação das diferenças internas em cada grupo, levando em conta variáveis como partido, região, gênero, condição do candidato e UF.

Cabe destacar que, muitas vezes, o custo por voto é apresentado levando em conta o custo médio e o custo mediano⁶. Neste caso, a preocupação é evitar (ou ao menos amenizar o efeito) de algum desvio dentro do banco de dados. Um exemplo disso é que em colégios eleitorais maiores há números de custo por voto muito diferentes entre o grupo de eleitos(as). Há ainda a necessidade de se considerar que alguns deputados(as) são eleitos por coeficiente próprio, quando a candidatura sozinha supera o coeficiente eleitoral, e aqueles que são eleitos por coeficiente partidário, ou seja, eles “dependeram” dos votos de outros(as) colegas de partido ou federação para conquistarem a vaga.

Exposto isso, o primeiro dado a ser apresentado trata do custo médio e mediano da conquista de um voto para deputado federal no Brasil em 2022. Os dados revelam que o custo médio, levando em conta todos(as) os(as) 513 deputados(as) eleitos(as)

⁵ Uma cópia do banco de dados pode ser encontrada neste link: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1yJEJWxvWcwG5qBKUmsVLggF5nd0t2pFXoQy32q7X1wI/edit?usp=sharing>.

⁶ Ao apresentar as duas opções (média e mediana) o intuito é oferecer ao leitor(a) uma outra opção de análise. Isso porquê, em variáveis com variáveis muito discrepantes, a média tende a ser alterada – já que esta leva em conta todo o *corpus*. Por sua vez, o cálculo da mediana é literalmente aquele que está no meio da amostra, dividindo o banco em duas metades: a de baixo e de cima

na legislatura, foi de R\$ 18,66, enquanto o custo mediano se apresentou como R\$ 23,35.

No entanto, quem foram aqueles que conquistaram o melhor desempenho na relação entre gasto de campanha e número de votos obtidos? Para ajudar na resposta desta pergunta, a tabela 1 traz os 10 deputados(as) com os maiores custos por voto do Brasil. Na coluna gênero há o primeiro indicativo: entre o grupo há apenas duas mulheres, elas são Carla Zambelli e Carol de Toni, ambas do PL. Além disso, 40% do grupo vem de São Paulo, maior colégio eleitoral brasileiro em 2022.

TABELA 1
Candidatos com os 10 melhores custo por voto do Brasil

Nome	Partido	UF	Região	Gênero	Candidato	Gasto de campanha	Votos	Custo por voto	Acima do quociente ?
Nikolas Ferreira	PL	MG	Sudeste	Homem	Novato	285.391,19	1.492.047	R\$ 0,19	Sim
Maurício Marcon	PODE	RS	Sul	Homem	Reeleito	71.663,32	140.634	R\$ 0,50	Não
Gustavo Gayer	PL	GO	Centro-Oeste	Homem	Novato	121.916,83	200.586	R\$ 0,60	Não
Roberto Monteiro Pai	PL	SP	Sudeste	Homem	Novato	64.385,00	94.221	R\$ 0,68	Não
Eduardo Bolsonaro	PL	SP	Sudeste	Homem	Reeleito	723.530,10	741.701	R\$ 0,97	Sim
Amom	CIDA	AM	Norte	Homem	Novato	447.549,93	288.555	R\$ 1,55	Sim
Sargento Gonçalves	PL	RN	Nordeste	Homem	Novato	108.399,65	56.315	R\$ 1,92	Não
Carol de Toni	PL	SC	Sul	Mulher	Reeleito	441.359,53	227.632	R\$ 1,93	Não
Delegado Palumpo	MDB	SP	Sudeste	Homem	Novato	505.971,33	254.898	R\$ 1,98	Não
Carla Zambelli	PL	SP	Sudeste	Mulher	Reeleito	2.087.966,56	946.244	R\$ 2,20	Sim

FONTE – O AUTOR, 2023.

O “top 10” do melhor custo por voto na disputa pela Câmara dos Deputados também aponta para alguns indicativos interessantes. O primeiro deles é a confirmação de que o deputado mais votado do pleito, Nikolas Ferreira, também foi

aquele que melhor desempenhou na relação investimento de gasto de campanha e voto: cada voto recebido por Nikolas custou menos de R\$ 0,19.

Outro indicativo da tabela 1 diz respeito ao partido: o PL, dono da maior bancada na casa com 101 deputados(as), tem sete parlamentares entre os 10 com melhor custo por voto. Por fim, a tabela também permite salientar que aqueles(as) que melhor desempenharam na relação voto e custo de campanha são majoritariamente novatos (60%) e que, excetuando o caso de Zambelli, todas as candidaturas da tabela tiveram gastos tímidos e distantes do teto da campanha.

Zambelli foi a única que gastou mais de R\$ 2 milhões para se reeleger, enquanto todos os demais tiveram gastos bastante tímidos para se reeleger. Para fins de comparação, a média de gastos entre os 513 deputados eleitos foi de R\$ R\$ 1,9 milhão – apenas Zambelli estaria perto desta média de gasto, enquanto todos os demais tiveram investimentos muito aquém do que estes.

O custo por voto entre o grupo varia consideravelmente, de R\$ 0,19 por voto até R\$ 2,20. Essa variação também permite destacar que o grupo dos 10 candidatos com melhor desempenho entre gasto de campanha e voto também é bastante heterogêneo, com a maioria destas candidaturas recebendo investimentos mais módicos, enquanto poucas (apenas uma) perto da média de gastos do grupo total de 513 deputados(as) eleitos(as).

Por fim, a última coluna da tabela traz a informação de que aquele(a) candidato(a) atingiu ou não o quociente eleitoral, sendo eleito “sozinho(a)”, sem depender dos votos do restante do partido ou da federação. Entre os dados elencados cabe destacar que, do top 10 de custo por votos na disputa por vagas na Câmara, apenas quatro integrantes obtiveram votos suficientes para se elegerem sozinhos: Nikolas Ferreira, Eduardo Bolsonaro, Amon e Carla Zambelli.

Exposto isso, o próximo passo da pesquisa é buscar compreender como se deu a variação média e mediana de custo por voto no Brasil levando em conta as unidades federativas – uma das hipóteses do trabalho é que o custo para se obter um voto seria menor quanto maior fosse o colégio eleitoral em número de votantes. Por isso, a

tabela 2 apresenta as 27 UFs brasileiras⁷ em ordem decrescente de custo mediano⁸ por voto em cada Estado.

A tabela 2 revela dados interessantes diante das hipóteses levantadas e também apresenta outros questionamentos e tensões à pesquisa. A primeira delas é de que não há uma correlação exata e direta entre tamanho do colégio eleitoral e custo por voto – não necessariamente os maiores colégios eleitorais são aqueles com melhor custo por voto no Brasil. Neste caso, as UFs do Pará e do Ceará, ambas com mais de 6 milhões de eleitores, foram as que obtiveram o melhor custo mediano por voto no Brasil.

⁷ As 26 unidades federativas aqui citadas são formadas pelos 26 estados e pelo Distrito Federal.

⁸ Aqui optou-se por usar a mediana do custo por voto para classificar a tabela já que os colégios eleitorais são ambientes mais heterogêneos, com bancadas variando de 9 a 70 deputados, e com a maior presença de *outliers*. Desta forma, compreende-se que a mediana seria mais adequada para compreender a amostra em cada UF.

TABELA 2
Custo mediano por voto em cada UF brasileira

UF	Eleitorado	Posição em eleitorado	Custo médio	Custo mediano*
Pará	6.082.312	9º	R\$ 11,89	R\$ 8,47
Ceará	6.820.673	8º	R\$ 15,13	R\$ 11,68
São Paulo	34.667.793	1º	R\$ 13,29	R\$ 12,02
Santa Catarina	5.489.658	10º	R\$ 17,66	R\$ 14,13
Rio Grande do Sul	8.593.469	5º	R\$ 18,05	R\$ 15,44
Piauí	2.573.810	16º	R\$ 17,37	R\$ 15,97
Bahia	11.291.528	4º	R\$ 18,64	R\$ 17,38
Distrito Federal	2.203.045	20º	R\$ 28,84	R\$ 17,40
Rio Grande do Norte	2.554.727	17º	R\$ 18,69	R\$ 17,92
Rio de Janeiro	12.827.296	3º	R\$ 21,23	R\$ 18,10
Amazonas	2.647.748	15º	R\$ 16,88	R\$ 18,28
Mato Grosso do Sul	1.996.510	21º	R\$ 26,19	R\$ 18,37
Maranhão	5.042.999	11º	R\$ 19,24	R\$ 18,64
Pernambuco	7.018.098	7º	R\$ 21,53	R\$ 19,00
Paraíba	3.091.684	13º	R\$ 21,85	R\$ 21,62
Minas Gerais	16.290.870	2º	R\$ 22,24	R\$ 21,88
Paraná	8.475.632	6º	R\$ 23,22	R\$ 22,71
Sergipe	1.671.801	22º	R\$ 31,64	R\$ 25,05
Goiás	4.870.354	12º	R\$ 24,52	R\$ 25,86
Espírito Santo	2.921.506	14º	R\$ 28,99	R\$ 26,29
Alagoas	2.325.656	19º	R\$ 24,93	R\$ 27,46
Tocantins	1.094.003	24º	R\$ 51,18	R\$ 31,88
Mato Grosso	2.469.414	18º	R\$ 31,25	R\$ 33,54
Amapá	550.687	26º	R\$ 55,19	R\$ 53,13
Rondônia	1.230.987	23º	R\$ 65,22	R\$ 58,76
Acre	588.433	25º	R\$ 73,32	R\$ 63,62
Roraima	366.240	27º	R\$ 88,76	R\$ 76,48

FONTE – O AUTOR, 2023.

No entanto, excetuando a situação destas duas UFs, os grandes colégios eleitorais brasileiros apresentam custos competitivos de gasto mediano por voto. São Paulo, por exemplo, tem um custo mediano de R\$ 12,02 de gasto médio por voto, enquanto Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, respectivamente o segundo e terceiro maior colégio eleitoral do Brasil, apresentam um custo mediano por voto de R\$ 21,88, R\$ 18,10 e R\$ 17,38 respectivamente.

Dividindo a tabela 2 a partir da mediana de custo por voto que é de R\$ 23,35 (grifado em amarelo na tabela 2), nota-se que os colégios eleitorais abaixo desta mediana estão entre a metade das UFs com menor concentração eleitoral. Ou seja: é possível dizer que há uma relação entre o tamanho da unidade federativa e o custo

mediano por voto, mas a tabela deixa claro que não é apenas o número de eleitores(as) disponíveis naquele colégio que determina a economia do voto.

Ainda usando a aspecto geográfico como variável explicativa, a tabela 3 reúne os dados tendo como divisão primária a região geográfica brasileira em que os(as) deputados(as) foram eleitos(as). Desta forma, os(as) eleitos(as) são reunidos por região e as métricas são calculadas internamente em cada grupo – a proposta é tentar identificar alguma semelhança na divisão por UF, especialmente levando em conta o tamanho do eleitorado de cada região.

TABELA 3
Custo por voto por região geográfica brasileira

Região	Eleitorado	Posição em eleitorado	% do eleitorado	Custo médio	Custo mediano	Custo máximo	Custo mínimo
Sudeste	66.707.465	1	42,63%	R\$ 19,20	R\$ 16,22	R\$ 64,96	R\$ 0,19
Nordeste	42.390.976	2	27,09%	R\$ 19,92	R\$ 17,79	R\$ 71,57	R\$ 1,92
Sul	22.558.759	3	14,41%	R\$ 19,98	R\$ 18,15	R\$ 49,05	R\$ 0,50
Norte	12.560.410	4	8,02%	R\$ 45,64	R\$ 27,21	R\$ 194,61	R\$ 1,55
Centro-Oeste	11.539.323	5	7,37%	R\$ 26,50	R\$ 26,14	R\$ 58,55	R\$ 0,60
Total	156.454.011	*	100%	*	*	*	*

FONTE – O AUTOR, 2023

Na tabela 3 as regiões são apresentadas em ordem decrescente de eleitorado – primeiro está a região Sudeste onde estão 66 milhões de eleitores, 42,63% do total, por exemplo. Com esta divisão (entre regiões) a lógica do quanto maior o colégio eleitoral, menor o custo por voto se dá de forma mais clara: entre as regiões Sudeste, Nordeste e Sul é clara a tendência.

No entanto, observando a região Norte essa tendência é descontinuada: mesmo sendo maior do que a região Centro-Oeste (há uma pequena vantagem em número de eleitores(as) para a região Norte), foi na região Norte em que houve o pior custo médio por voto: R\$ 45,64. Acredita-se que o gasto mais elevado para a conquista dos eleitores(as) revele uma tendência local de empenho dos recursos e tipo de campanha eleitoral.

Dito isso, o próximo passo da análise é observar a métrica de custo médio e custo mediano por voto entre os partidos políticos. Para tornar a análise mais próxima

daquilo que foi a realidade da eleição de 2022, a reunião acontece não só levando em conta os partidos políticos, como também as federações formadas para a eleição de 2022. Aqui entende-se que, como estas legendas se uniram e disputaram o pleito de forma conjunta naquela eleição, seria mais adequado buscar entender o voto deste conjunto de candidatos(as) e não apenas das legendas, individualmente.

Do ponto de vista numérico, a tabela é organizada levando em conta o custo mediano por voto – aqui o argumento é o mesmo usado na tabela anterior em que entende-se que o custo mediano ajuda a diminuir o efeito os *outliers* e ajuda numa compreensão mais adequada do cenário. Além disso, as bancadas são também classificadas por tamanho (da primeira a última) e a tabela traz dados sobre o custo mínimo e o custo máximo por voto dentro de cada partido ou federação.

Na tabela 4 também há a adição da métrica de variação percentual do custo de voto (última coluna, da esquerda para direita). Tal indicativo é calculado levando em conta o custo mínimo e o custo máximo por voto dentro de cada partido ou federação – aqui a proposta é entender, usando o mecanismo de variação percentual, onde o custo por voto variou mais.

Exposto isso, o primeiro aspecto a ser ressaltado é que não foi necessariamente o partido ou a federação com o maior número de eleitos(as) a(o) dona(o) do melhor custo mediano por voto. Em primeiro e segundo lugar neste quesito aparecem as bancadas da federação PSOL e REDE (R\$ 9,25) seguida do Partido Novo (R\$ 9,48) – as duas bancadas estão entre as menores numericamente da Câmara.

No entanto, logo em seguida aparecem as bancadas do PL (a maior da Câmara) e da federação formada entre PT, PCdoB e PV (a segunda maior) – entre elas há a bancada do PTB, formada por apenas um deputado, o que impede maiores análises. Na bancada do PL o custo mediano foi de R\$ 9,85, enquanto na federação encabeçada pelo PT o mesmo custo é de R\$ 16,12.

TABELA 4
Custo por voto distribuído por partido / federação

Partido / Federação	Bancada	Posição	Custo médio	Custo Mediano*	Custo máximo	Custo mínimo	Varição percentual
PSOL / REDE	14	11º	R\$ 11,92	R\$ 9,25	R\$ 25,77	R\$ 2,81	-179%
NOVO	3	17º	R\$ 9,58	R\$ 9,48	R\$ 12,00	R\$ 7,26	-27%
PL	101	1º	R\$ 16,43	R\$ 9,85	R\$ 110,45	R\$ 0,19	-1021%
PTB	1	19º	R\$ 10,05	R\$ 10,05	R\$ 10,05	R\$ 10,05	0%
PT / PCdoB / PV	79	2º	R\$ 17,98	R\$ 16,12	R\$ 32,95	R\$ 7,12	-104%
PSD	43	5º	R\$ 22,56	R\$ 16,13	R\$ 88,42	R\$ 3,93	-448%
PDT	18	9º	R\$ 16,75	R\$ 16,83	R\$ 32,89	R\$ 6,14	-95%
PATRIOTA	4	15º	R\$ 19,38	R\$ 17,33	R\$ 29,38	R\$ 13,47	-70%
AVANTE	8	13º	R\$ 17,92	R\$ 17,87	R\$ 29,39	R\$ 7,89	-64%
PODEMOS	12	12º	R\$ 20,66	R\$ 18,59	R\$ 44,90	R\$ 0,50	-142%
REPUBLICANOS	41	7º	R\$ 27,20	R\$ 19,00	R\$ 156,10	R\$ 3,48	-722%
PSDB / CIDA	18	8º	R\$ 26,78	R\$ 22,75	R\$ 58,55	R\$ 1,55	-157%
SD	4	16º	R\$ 23,76	R\$ 23,15	R\$ 30,31	R\$ 18,45	-31%
MDB	41	6º	R\$ 23,68	R\$ 23,65	R\$ 82,43	R\$ 1,98	-249%
PSB	14	10º	R\$ 25,12	R\$ 23,99	R\$ 52,10	R\$ 4,89	-117%
PSC	6	14º	R\$ 22,74	R\$ 25,11	R\$ 31,36	R\$ 11,47	-25%
PP	47	4º	R\$ 28,76	R\$ 26,14	R\$ 194,61	R\$ 6,09	-644%
PROS	3	18º	R\$ 30,44	R\$ 28,45	R\$ 39,63	R\$ 23,24	-39%
UNIÃO BRASIL	56	3º	R\$ 39,91	R\$ 30,52	R\$ 161,28	R\$ 5,49	-428%

FONTE – O AUTOR, 2023

Curiosamente com o pior desempenho mediano entre custo por voto está uma das maiores bancadas da Casa, formada por 46 deputados(as) do União Brasil. Neste caso, o grupo apresentou um custo mediano de R\$ 30,52 para cada voto obtido por seus deputados(as), representando o pior custo entre os partidos e federações formadas em 2023, mas sendo a terceira maior bancada da Câmara.

Observando agora a análise das três últimas colunas de custo mínimo e custo máximo por voto, seguida da variação percentual entre essas duas variáveis, nota-se que existem grupos em que a variação do custo por votos entre os(as) eleitos(as) é consideravelmente maior. PL, PP, Republicanos e PP lideram a variação percentual, mostrando grandes divergências no custo por voto interno destes grupos – o que representaria que alguns candidatos(as) performaram com custo por votos menor, enquanto outros tiveram o mesmo indicativo muito maior, mais caro.

Do outro lado, legendas como PROS, SD, NOVO, PSC e PTB representaram as menos variações percentuais do custo por voto – o que pode ser explicado pelo menor número de integrantes dentro destes partidos. O PROS, por exemplo, tem apenas 3

deputados(as), sendo o 18º partido em número de bancada, enquanto o PTB, por sua vez, tem apenas um deputado eleito em 2022.

Até este momento, os dados apresentados revelaram alguns indicativos da variação do custo por voto para deputado federal, como tamanho da Unidade Federativa, tamanho do partido ou da federação. O próximo passo da análise trata de outras duas subdivisões possíveis do *corpus*: a divisão dos candidatos entre homens e mulheres e entre novatos e reeleitos.

A próxima tabela (tabela 5) apresenta os dados dividindo os deputados(as) entre gêneros diferentes. Dito isso, a tabela 5 revela a divisão dos 513 eleitos(as) entre homens e mulheres e apresenta custo médio e custo mediano por voto, além dos valores máximo e mínimo encontrados para conquista de cada voto entre os diferentes gêneros.

TABELA 5
Custo por voto entre diferentes gêneros

Gênero	Número de eleitos(as)	Custo Médio	Custo Mediano	Valor máximo	Valor mínimo
Mulheres	91 (17,7%)	R\$ 25,93	R\$ 19,33	R\$ 156,10	R\$ 1,93
Homens	422 (92,2%)	R\$ 22,92	R\$ 18,51	R\$ 194,61	R\$ 0,19

FONTE – O AUTOR, 2023

Cabe destacar que o custo médio e o custo mediano entre homens e mulheres é bastante próximo, apesar do gênero feminino representar apenas 17,7% do total de deputados(as) eleitos(as) em 2022⁹. No entanto, as semelhanças param aí: ao observar o valor máximo e o valor mínimo do voto entre os gêneros notam-se diferenças significativas. O valor máximo do voto entre as mulheres eleitas é menor do que a dos homens, representando uma diferença de 24,67%, mas o valor mínimo do voto entre os homens é substancialmente menor do que as mulheres: aqui a diferença percentual é de 915%.

⁹ Apesar de poder ser considerada pequena, a bancada feminina eleita em 2022 foi a maior já eleita na história da Câmara dos Deputados. Para saber mais, acesse: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/03/08/bancada-feminina-e-a-maior-da-historia-do-congresso-deputadas-avaliam-o-que-isso-representa-na-pratica.ghtml>. Acesso em 14 de abril de 2023.

Já a tabela 6 reúne os dados dividindo os(as) deputados(as) entre aqueles(as) que conquistaram um novo mandato consecutivo na Câmara (reeleitos(as)) e aqueles(as) que estrearam na Câmara Federal ou voltavam ao Legislativo após um período em outros cargos. O grupo dos reeleitos representa 54,17% da legislatura eleita em 2022 (281 deputados(as)), enquanto os(as) novatos(as) conquistaram 232 cadeiras (45,22%).

TABELA 6
Custo por voto entre tipos distintos de candidatos(as)

Tipo de candidato	Número de eleitos(as)	Custo Médio	Custo Mediano	Valor máximo	Valor mínimo
Reeleitos	281 (54,17%)	R\$ 23,68	R\$ 19,05	R\$ 194,61	R\$ 0,50
Novatos	232 (45,22%)	R\$ 22,95	R\$ 17,43	R\$ 121,25	R\$ 0,19

FONTE – O AUTOR, 2023

As informações reunidas na tabela 6 mostram que o custo médio e mediano entre reeleitos(as) e novatos(as) não é significativamente diferente, apesar de apresentar diferenças importantes quando observado de outras formas. O custo médio e mediano entre os(as) deputados(as) que renovaram os mandatos foi de R\$ 23,68 e R\$ 19,05, enquanto entre os(as) novatos(as) o custo médio foi de R\$ 22,95 e o custo mediano R\$ 17,43 – pode-se dizer que o voto para os novatos(as) custou proporcionalmente menos do que para aqueles que já estavam no mandato.

No entanto, observar a diferença do valor máximo e mínimo de cada grupo torna mais evidente esta diferença. Entre os reeleitos(as) houve deputado(a) gastando mais de R\$ 194,61 para cada voto recebido (indicativo de recebimento de grandes quantias, mas pouco desempenho em votos) enquanto entre os novatos esse custo máximo ficou em R\$ 121,25 – aqui a diferença percentual é de – 37,70%.

Já o custo mínimo para obter votos também apresenta diferenças entre os diferentes grupos. Entre aqueles(as) que foram reeleitos o custo mínimo por voto foi de R\$ 0,50, enquanto entre os(as) deputados(as) novatos o menor custo por voto foi de R\$ 0,19, representando uma variação percentual de - 62% entre os valores encontrados.

4. Apontamentos finais

Os dados apresentados nesta pesquisa apresentam uma resposta complexa e profunda sobre a pergunta que move o trabalho: o custo para obter um voto para se eleger deputado(a) federal no Brasil depende de diversas variáveis, submetidas a cenários específicos. O primeiro achado na pesquisa diz respeito a refutar (parcialmente) a hipótese principal do trabalho: não é, necessariamente, nos maiores colégios eleitorais brasileiros em que o custo por voto é o menor.

Neste caso, a resposta para essa primeira hipótese parece ser mais complexa do que se antecipava – a definição de quanto custa um voto para deputado federal no Brasil não depende apenas do tamanho do colégio eleitoral ou da região, mas depende também das características da disputa entre os próprios concorrentes naquela UF e das características nativas da campanha eleitoral naquele pedaço do Brasil¹⁰.

O caso do Pará, por exemplo, é representativo: o Estado é a nona UF em termos de número de eleitores(as) no Brasil, mas apresentou o melhor desempenho mediano de custo por voto na disputa por vagas na Câmara dos Deputados – aqui caberia uma observação mais próxima do contexto paraense para compreender mais a fundo o porquê do resultado. Por sua vez, as menores UFs figuraram com os maiores custo por votos, corroborando, em parte, a hipótese inicial: obter um voto para deputado federal custa muito mais caro em Estados como Tocantins, Amapá, Rondônia, Mato Grosso, Acre e Roraima.

O próximo achado da pesquisa diz respeito aos partidos políticos e federações – aqui a hipótese inicial de quanto maior o grupo, menor o gasto, também precisa se relativizada. De fato, legendas como o PL, dono da maior bancada na Câmara dos Deputados, tiveram bons custo por voto dentro do grupo, mas a federação PSOL e

¹⁰ A tese de doutoramento do autor trata da realização das campanhas nas 26 capitais brasileiras em 2020 a partir de três camadas de análises: presença em redes sociais on-line, gastos de campanha e uso do Twitter como plataforma de comunicação política. A pesquisa já apontava para formas distintas de realizar campanhas eleitorais, especialmente no que diz respeito à aplicação dos recursos financeiros pelos candidatos(as) a prefeito naquela eleição de 2020. Ou seja: a relação do voto com o dinheiro depende, em alguma medida, do lugar do Brasil em que o pleito se desenrola. Na tese de doutoramento, o autor defende que existem diferentes Brasis com diferentes campanhas eleitorais, mesmo entre cidades que guardam características em comum – como o fato de serem capitais e/ou grandes colégios eleitorais.

REDE, além do Partido Novo, por exemplo, apresentaram um custo mediano por voto melhor do que o PL. No entanto, a tabulação dos dados revela que as legendas com um número menor de eleitos(as) gastaram mais para obter votos e que, quanto maior a bancada, maior a variação percentual entre o custo mínimo e o custo máximo para obter um voto dentro daquele grupo.

Já a divisão dos(as) deputados(as) entre tipos de candidatos (eleitos(as) e novatos(as)) e por gênero também apresentou indicativos interessantes. Tratando especificamente de gênero, mesmo representando apenas 17% da bancada, o custo médio para obter um voto para uma mulher é bastante similar ao valor gasto para obter um voto para um homem – mas no valor mínimo e no valor máximo de votos há diferenças significativas que estão mais ligadas aos *outliers* e puxadores de voto dentro de cada um destes grupos. Por sua vez, não há grande diferença no custo por voto médio e mediano entre reeleitos e novatos para a Câmara Federal – para os novatos(as) o voto acaba custando um pouco menos, enquanto para aqueles que buscam renovar o mandato o valor do custo por voto se mostrou um pouco maior.

Por fim, o chamado “top 10” dos melhores custo por voto da eleição para a Câmara dos Deputados em 2022 mostram alguns indicativos – o grupo é formado por uma proporção parecida de novatos (60%) e de reeleitos (40%), mas é majoritária a presença de deputados(as) da região Sudeste (50%) e, principalmente, de partidos de Centro-Direita. Neste caso, o PL é a legenda pela qual sete dos 10 deputados(as) disputaram o pleito. A explicação mais detalhada da presença destes candidatos(as) na lista exigiria uma análise mais profunda da carreira política e do posicionamento deles(as), o que aqui, infelizmente, não é possível.

Dito isso, essa pesquisa buscou apresentar um retrato amplo do que foi a disputa pela Câmara dos Deputados em 2022, utilizando variáveis explicativas na tentativa de entender quanto custa um voto para deputado federal no Brasil. Haveria aqui a necessidade de testes estatísticos mais aprofundados para o aperfeiçoamento de algumas destas hipóteses, o que não se fez possível nesta oportunidade.

Referências

BORBA, Felipe; CERVI, Emerson Urizzi. Relação entre propaganda, dinheiro e avaliação de governo no desempenho de candidatos em eleições majoritárias no Brasil1. **Opinião Pública**, v. 23, p. 754-785, 2017.

CAZZOLATO, Nara Katsurayama; CANDIDO, João Gremmelmaier. O caminho das verbas público-partidárias e o custo do voto. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v. 4, n. 2, p. 678-699, 2013.

MANCUSO, Wagner Pralon; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; CAMARGO, Neilor Fermino. Financiamento eleitoral empresarial direto e indireto nas eleições nacionais de 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 9-36, 2018.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, p. 115-134, 2003.

MOHALLEM, Michael Freitas; OLIVEIRA, Isabel Cristina Veloso de. A relação custo-voto dos evangélicos nas eleições para a Câmara dos Deputados em 2010 e 2014. Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas, 2018.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno. Dinheiro e sexo na política brasileira: financiamento de campanha e desempenho eleitoral em cargos legislativos. **Mulheres nas eleições**, p. 417-452, 2010.

SAMPAIO, Daniel; FIGUEIREDO FILHO, Dalsom Britto. Como o dinheiro influencia as eleições municipais no Brasil: uma revisão sistemática. **BIB-Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais**, n. 88, p. 1-25, 2019.

SARMENTO, Daniel; OSORIO, Aline. Uma mistura tóxica: política, dinheiro e o financiamento das eleições. **Jurisdição constitucional e política. Rio de Janeiro: Forense**, p. 673-700, 2015.

SPECK, Bruno Wilhelm. Três ideias para oxigenar o debate sobre dinheiro e política no Brasil. **Debate, Belo Horizonte**, v. 2, n. 3, p. 6-13, 2010.